



CIRCULAR N.º 61 / 407 / 07

1 de Agosto

ASSUNTO: Código da Estrada - Transporte rodoviário de mercadorias

Foi publicado no Diário da República n.º 257, Série I, o Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho, que entrando em vigor no próximo dia 15 de Agosto, veio instituir um novo regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2.500 Kg e revogar o Decreto-Lei n.º 38/99, de 6 de Fevereiro.

Recomendando aos eventuais interessados uma leitura atenta do diploma ora publicado, salientamos os aspectos mais relevantes deste regime:

- O presente diploma aplica-se ao transporte rodoviário de mercadorias efectuado por meio de veículos automóveis ou conjunto de veículos de mercadorias, com peso bruto igual ou superior a 2.500 kg (cf. n.º 1 do art.º 1º).
- Considera-se transporte por conta de outrem ou público, o transporte de mercadorias mediante contrato que não se enquadre nas condições definidas para transporte particular (cf. alínea b) do art.º 2º).
- Considera-se, **transporte por conta própria ou particular**, o transporte realizado por pessoas singulares ou colectivas em que se verifiquem **cumulativamente** as seguintes condições (cf. alínea c) do art.º 2º):
  - As mercadorias transportadas sejam da sua propriedade, ou tenham sido vendidas, compradas, dadas ou tomadas de aluguer, produzidas, extraídas, transformadas ou reparadas pela entidade que realiza o transporte e que este constitua uma actividade acessória no conjunto das suas actividades;
  - Os veículos utilizados sejam da sua propriedade, objecto de contrato de locação financeira ou alugados em regime de aluguer sem condutor;
  - Os veículos sejam, em qualquer caso, conduzidos pelo proprietário ou locatário ou por pessoal ao seu serviço.
- A actividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, por meio de veículos de peso bruto **igual ou superior a 2.500 kg** só pode ser exercida por sociedades comerciais ou cooperativas, licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP (IMTT) (cf. n.º 1 do art.º 3º).
- A licença referida no parágrafo anterior consubstancia-se num alvará ou licença comunitária, a qual é intransmissível, sendo emitida por um prazo não superior a cinco anos, renovável por igual período (cf. n.º 2 do art.º 3º).
- Os veículos automóveis afectos ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem estão sujeitos a licença a emitir pelo IMTT, quer sejam da propriedade do transportador, objecto de contrato de locação financeira ou de contrato de aluguer sem condutor (cf. n.º 1 do art.º 14º).
- Estão sujeitos a autorização a emitir pelo IMTT os transportes de carácter excepcional realizados por veículos afectos ao transporte por conta própria, cujo peso bruto exceda 2.500 kg, em que, cumulativamente (cf. art.º 16º):
  - as mercadorias e os veículos não pertençam ao mesmo proprietário;

- o transporte seja efectuado sem fins lucrativos por colectividades de utilidade pública ou outras agremiações filantrópicas, desportivas ou recreativas;
- as mercadorias transportadas estejam relacionadas com os fins das entidades que efectuam o transporte;
- os veículos utilizados sejam da propriedade da entidade que realiza o transporte, de algum dos seus associados ou cedidos a título gratuito por outras entidades.
- A fiscalização do cumprimento do disposto neste diploma compete ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, à Guarda Nacional Republicana e à Polícia de Segurança Pública (cf. n.º 1 do art.º 21º).
- A realização de transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem, por meio de veículos automóveis com peso bruto igual ou superior a 2.500 kg, por entidade não licenciada é punível com coima de 1.250 Euros a 3.740 Euros ou de 5.000 Euros a 15.000 Euros, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva (cf. n.º 1 do art.º 23º).
- A realização de transportes rodoviários de mercadorias por conta de outrem, por meio de veículo automóvel sem licença, é punível com coima de 750 Euros a 2.250 Euros (cf. art.º 27º).
- A realização de transportes de carácter excepcional, sem autorização, é punível com coima de 1.250 Euros a 3.740 Euros ou de 3.500 Euros a 10.500 Euros, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva (cf. art.º 29º).
- A falta da guia de transporte é punível com coima de 250 Euros a 750 Euros. Por outro lado, o preenchimento incorrecto ou incompleto da guia do expedidor ou do transportador consoante a respectiva obrigação de preenchimento, é punível com coima de 100 Euros a 300 Euros (cf. art.º 30º).
- A realização de transportes com excesso de carga é punível com coima de 500 Euros a 1.500 Euros. Sempre que o excesso de carga for igual ou superior a 25% do peso bruto do veículo a infracção é punível com coima de 1.250 Euros a 3.740 Euros, podendo o veículo ser imobilizado até que a carga em excesso seja transferida (cf. art.º 31º).

O Director Geral

